



ID: 72666532

14-12-2017

● ENTREVISTA

# BASTONÁRIO DOS MÉDICOS INDEPENDENTE E RIGOROSO

**ROBERTO FERREIRA**  
rferreira@dnoticias.pt

Miguel Guimarães inicia hoje uma visita de trabalho à Região. Durante dois dias vai visitar o hospital Dr. Nélio Mendonça, o Centro de Saúde do Bom Jesus e uma clínica privada. Reúne-se já hoje com o Secretário da Saúde e participa, amanhã, numa homenagem à anestesista Henriqueta Reynolds.

O bastonário é muito crítico em relação ao que se passa no sector na Região, que necessita de mais médicos. Considera inadmissível a ruptura do stock de medicamentos da farmácia hospitalar, diz que o hospital dos Marmeleiros já deveria ter sido encerrado e que há uma gestão deficiente por parte dos responsáveis pelo serviço de saúde no caso das listas de espera para cirurgias. Deixa um alerta em forma de denúncia: "Os médicos estão a trabalhar sem as condições necessárias para garantir os melhores cuidados aos seus doentes e a sua segurança clínica".

O que motiva a sua visita à Região Autónoma da Madeira? Estar por dentro das necessidades do sector da Saúde, em termos nacionais, é uma obrigação e uma missão do bastonário da OM e a Madeira tem vindo a sofrer vários desafios que merecem uma atenção especial e resolução urgente. Tenho recebido vários telefonemas de colegas que me vão dando conta dos problemas que afectam a saúde na Região e das preocupações com a urgência em garantir a qualidade na prestação de cuidados de saúde à população. A questão central da formação médica especializada tem sido igualmente uma preocupação dos médicos, dos responsáveis políticos e da Ordem. Também por isso, tenho visitado a Madeira regularmente, para sentir de perto a realidade das pessoas, dos doentes e dos profissionais de saúde. É minha intenção, em conjunto com os médicos e estruturas locais, contribuir para garantir uma maior qualidade dos cuidados de saúde. É essencial para os médicos e vital para os doentes.

Quais as principais queixas que recebe dos médicos da Região? Os médicos estão a trabalhar sem as condições necessárias para garantir os melhores cuidados aos seus doentes e a sua segurança clínica; as estruturas físicas das unidades de saúde não são as mais adequadas para assegurar a dignidade do exercício da medicina; os equipamentos estão, em

## Entrevista a Miguel Guimarães



alguns casos, obsoletos, sem manutenção apropriada e mesmo fora de prazo. Existem também barreiras excessivas que dificultam o acesso à inovação terapêutica e tecnológica e à medicação essencial para obter a eficácia dos tratamentos prescritos, além de uma pressão elevada no exercício da profissão e uma carga excessiva de trabalho com acumulação de horas e longas jornadas de trabalho, o que, no limite, pode colocar em risco, não só a actividade clínica como o próprio doente. Há, de facto, falta de capital humano (médicos, enfermeiros, assistentes operacionais e técnicos e outros profissionais de saúde) e problemas relacionados com a formação médica especializada e a exploração indevida do trabalho dos médicos internos, entre outras situações que urge confirmar e para as quais se têm de apresentar soluções que permitam salvaguardar a qualidade da medicina e dos cuidados de saúde. Em suma, o Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, tal como acontece com o SNS no continente, apresenta deficiências e insuficiências marcadas que, em conjunto, têm de ser resolvidas o mais rapidamente possível.

É frequente faltar medicamentos para tratamentos diversos (oncológicos, neurodegenerativos) exclusivos da farmácia hospitalar. Que comentários a situação lhe merece e que implicações têm para os doentes? É inadmissível que, no século XXI, falhe com frequência o acesso a medicação essencial. Estamos a falar, na maioria dos casos, de medicamentos fundamentais para o tratamento e mesmo sobrevivência dos doentes ou que, em fases terminais, salvaguardem a manutenção da melhor qualidade de vida possível. O Estado não se pode demitir da sua função e a Via Verde do Medicamento já devia estar a funcionar em pleno de forma a garantir os stocks mínimos para evitar falhas na distribuição dos medicamentos na Região.

Recentemente soube-se que existem cerca 1.000 crianças em lista de espera para cirurgia de várias especialidades. Independentemente do motivo não deveria haver uma resposta mais célere? Tem de haver obrigatoriamente mais celeridade nestes processos, até porque haverá, necessariamente, casos mais urgentes que têm de ser priorizados. Mil crianças à espera de cirurgia é um número muito elevado e denuncia as muitas fragilidades que neste mo-



ID: 72666532

14-12-2017

# PEDE AUDITORIA A AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

mento afectam a região.

Há, no total, 17 mil doentes em lista de espera para uma cirurgia numa região com cerca de 260 mil habitantes. Este número espelha apenas a falta de clínicos ou uma má gestão do serviço de saúde? Espelha, em primeiro lugar, que há falta de médicos e outros profissionais, sim. Esse é um problema prioritário a resolver. É urgente captar mais médicos para a Madeira. Por outro lado, esta situação revela também uma gestão deficiente por parte dos responsáveis pelo serviço de saúde. Listas de espera desta dimensão correspondem a uma insuficiente capacidade de resposta do sector público, que compete ao SESARAM solucionar investindo mais na Saúde, recorrendo a planos especiais e transparentes de recuperação das listas de espera, seja aumentando a possibilidade de realizar produção acrescida com remuneração própria como sucede no SNS, seja recorrendo ao sector privado complementar quando a capacidade de resposta do sector público se esgota. De resto, parece-me obrigatório que nesta fase seja realizada uma auditoria independente e rigorosa aos serviços de saúde, no sentido apurar as razões que têm contribuído para a degradação da qualidade da prestação de cuidados à população.

É recorrente afirmarmos que existe falta de médicos. No SESARAM há apenas um psiquiatra – um outro deve entrar proximamente. Como se dá resposta à população que necessita de cuidados de saúde mental e não pode recorrer ao sector privado? Na minha opinião, a situação relatada constitui um sinal de alarme que deve ser seriamente avaliado e resolvido. A saúde mental tem um impacto cada vez maior na sociedade, afectando uma percentagem significativa da população, transversal a diversos grupos etários. A existência, no sector público, de um ou dois psiquiatras é manifestamente insuficiente para dar uma resposta minimamente adequada às necessidades da população. A existirem psiquiatras a trabalhar no sector privado, o recurso aos seus serviços especializados deve ser considerado nas circunstâncias referidas. Os doentes, sobretudo aqueles com situações clínicas mais complexas, não podem ficar simplesmente sem acesso aos médicos especialistas. Considero esta situação inaceitável e merecedora de uma atenção muito especial por parte do Governo Regional.

Outro factor alvo de crítica generalizada dos profissionais de saúde prende-se com as condições degradantes do Hospital dos Marmeleiros. A Ordem dos Médicos acompanha a situação? Já interveio junto do poder político? Hospital dos Marmeleiros não oferece condições de dignidade para os doentes e para os profissionais de saúde. As condições são de facto degradantes, e já foram por nós denunciadas em várias circunstâncias. Não é possível continuar a ter os médicos e outros profissionais a trabalharem sem as condições essenciais que garantam segurança clínica, qualidade e respeito pelas pessoas que utilizam ou trabalham naquela unidade de saúde. O Hospital dos Marmeleiros já deveria estar fechado há muito tempo. Este tema vai com certeza ser motivo de denúncia objectiva ao SESARAM. Os médicos que lá trabalham fazem todos os dias verdadeiros milagres, em condições deploráveis, para manterem os cuidados de saúde a funcionar. A situação constitui um risco elevado para todos – doentes e profissionais de saúde. De resto, o Hospital Dr. Nélcio Mendonça também precisa de obras em algumas unidades, com carácter de urgência, para manter a dignidade e a capacidade de resposta. A Madeira necessita de um novo Hospital, moderno e bem equipado, que possa agregar todos os serviços existentes nos dois hospitais já referidos. Só assim é possível trabalhar em equipa e dignificar as pessoas e a região. Não posso deixar de destacar a elevada qualidade dos vários médicos especialistas que trabalham na Madeira e o excelente trabalho, muitas vezes em condições difíceis, que todos os profissionais de saúde fazem no seu dia-a-dia. Já há muito que merecem uma homenagem colectiva por colocarem sempre os seus doentes acima de quaisquer outros interesses.

Os constrangimentos financeiros na sequência da Troika e do Plano de Ajustamento Económico e Financeiro explicam o estado da situação a que a saúde chegou? O desinvestimento crónico na saúde a nível financeiro é o principal

## EXISTEM MUITOS PROBLEMAS NA SAÚDE. A QUESTÃO FINANCEIRA ASSUME UM PAPEL CENTRAL

### O HOSPITAL DOS MARMELEIROS JÁ DEVERIA ESTAR FECHADO HÁ MUITO TEMPO

factor que condiciona muitas das deficiências e insuficiências existentes actualmente. É a falta de investimento a vários níveis que determina a grande maioria das situações já referidas anteriormente. O mesmo vai acontecendo no continente, com todas as consequências já conhecidas. Preocupa-me, em especial, o aumento das desigualdades sociais em saúde, que fragilizam a população com menos capacidade económica e condicionam o acesso apropriado aos cuidados de saúde mais elementares. A população com mais capacidade económica vai recorrendo ao sector privado. O último relatório da OCDE, de 2017, revelou que cerca de 10% dos doentes portugueses não fazem os tratamentos prescritos pelos seus médicos por insuficiência económica. Uma vergonha nacional que urge inverter com urgência.

O problema da saúde é apenas de índole financeira ou de gestão dos recursos? Existem muitos problemas na saúde em Portugal. A questão financeira assume um papel central, na medida em que sem o financiamento adequado não é possível resolver os principais problemas que neste momento afectam a qualidade dos cuidados de saúde e, nomeadamente, a principal dimensão da qualidade que é o acesso em condições de igualdade a cuidados de saúde. A gestão dos recursos assume um papel complementar que basicamente está relacionado, em muitos casos, com falta de capacidade de organização e planeamento, um problema importante no nosso país que atinge diversas áreas de intervenção do Governo nacional. Neste contexto, o combate ao desperdício e à corrupção é essencial, e depende também um pouco de todos nós. Temos que lutar pelos direitos humanos, por uma sociedade mais justa e plural e por um mundo sem medo.

Um tema que tem estado na agenda e que tem motivado debates é o da eutanásia. A Ordem dos Médicos vai tomar alguma posição? Trata-se apenas de uma questão ética e pessoal? A Ordem dos Médicos (OM) é uma associação pública profissional, democrática, respeitadora dos princípios e valores subjacentes ao exercício da medicina e defensora dos direitos e deveres fundamentais consagrados na lei, na ética e na justiça social.

Individualmente, cada médico terá a sua própria opinião sobre esta delicada matéria.

Como bastonário da Ordem dos Médicos tenho a missão de defender e fazer cumprir o Código Deontológico da OM, o que de resto tem acontecido com todos os ex-bastonários.

No debate público alargado, que vai continuar a acontecer, os dirigentes da Ordem dos Médicos, continuarão a defender a dignidade dos doentes perante a vida e a morte, nomeadamente reivindicando ao poder político o investimento necessário para assegurar o acesso a cuidados de saúde qualificados a todos os níveis. Isto inclui o acesso a cuidados continuados e paliativos, a educação e formação nas directivas antecipadas de vontade (testamento vital) e na distanásia, e a humanização da relação médico-doente. Para além disso, é preciso ter sempre presente que faz parte das boas práticas médicas a obrigatoriedade clínica e legal do consentimento informado. Dito de outra forma, os doentes, com capacidade de decisão, têm sempre a opção final sobre o curso da sua saúde ou da sua doença. É lamentável que, sem desenvolver, consolidar e aprofundar as opções éticas e legalmente aceites, se avance precocemente para uma discussão consequente, não filosófica, sobre a eutanásia e o suicídio medicamentoso assistido. De resto, como já o disse noutras ocasiões, questões como estas, de complexidade elevada e fracturantes na sociedade, não deveriam ser decididas pela Assembleia da República. Devem ser submetidas a um amplo debate, informação detalhada sobre os conceitos e experiências já existentes, e posteriormente, caso seja considerado adequado, o que me levanta algumas dúvidas, decididas em referendo nacional.



# DIÁRIO de Notícias

MADEIRA

**ESCOLAS  
GANHAM  
500 NOVOS  
COMPUTADORES**

P.4

**PONTINHA  
NÃO CRESCERÁ  
NOS PRÓXIMOS  
10 ANOS**

P.30



**NOS SUMMER  
OPENING'18  
TRAZ WET  
BED GANG  
E SLOW J**

Festival de Verão  
regressa ao Parque  
de Santa Catarina  
a 20 e 21 de Julho P.36  
● Espírito natalício  
domina roteiro P.34

FOTO ADELINO MEIRELES / GLOBAL IMAGENS

## AUDITORIA RIGOROSA AOS SERVIÇOS DE SAÚDE É OBRIGATÓRIA

Miguel Guimarães inicia hoje uma visita de trabalho à Região empenhado em apurar as razões que têm contribuído para a degradação da qualidade da prestação de cuidados à população. Em entrevista ao DIÁRIO, o bastonário da Ordem dos Médicos considera inadmissível a ruptura do stock de medicamentos da farmácia hospitalar e a gestão deficiente das listas de espera para cirurgias P.28 E 29

# PRENDA TARDIA

A insolvência da ILMA foi há quatro anos mas só agora está resolvido o processo que permite a venda do património e distribuição dos 2,7 milhões de euros da massa falida, 80% dos quais aos ex-trabalhadores P.5